

## **ESPAÇOS LIVRES PARA QUALIDADE DE VIDA URBANA: DESAFIOS E POTENCIAIS NAS ZONAS NORTE E LESTE DA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ**

### *OPEN SPACES FOR URBAN WELLNESS: WEAKNESSES AND OPPORTUNITIES IN NORTH AND EAST TERESINA, PIAUÍ, BRAZIL*

Maria Eunice Barbosa Bandeira<sup>1</sup>; Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>; Karenina Cardoso Matos<sup>3</sup>; Mariana Aquino Rocha<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo | [mebbandeira@icloud.com](mailto:mebbandeira@icloud.com) | UFPI | Teresina, Brasil; <sup>2</sup>Doutora em Engenharia Agrícola | [wilza@ufpi.edu.br](mailto:wilza@ufpi.edu.br) | UFPI | Teresina, Brasil; <sup>3</sup>Doutora em Arquitetura e Urbanismo | [karenina@ufpi.edu.br](mailto:karenina@ufpi.edu.br) | UFPI | Teresina, Brasil. <sup>4</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo | [mariana.arqufpi@gmail.com](mailto:mariana.arqufpi@gmail.com) | UFPI | Teresina, Brasil

#### **Resumo:**

O bem-estar no meio urbano vêm constantemente sendo ligado à presença e qualidade de espaços livres públicos e áreas verdes em seus mais diversos usos, seja por seu valor histórico-paisagístico, ambiental ou sociocultural. Para este trabalho, foi então realizado um estudo dos espaços livres públicos para as zonas norte e leste da cidade de Teresina-PI, com objetivo de fazer uma análise focada em critérios benéficos à saúde física e mental humana. Foram considerados aspectos como: a proximidade a corpos d'água, possibilidade de prática de atividade física e conforto ambiental; através de revisão documental e bibliográfica, visitas in loco e mapeamentos digitais. Ao todo, foram estudados 24 parques urbanos e 121 praças, nos quais foram identificados potenciais para projetos futuros envolvendo o aproveitamento de laços comunitários e aspectos ambientais; tendências de uso, como a preferência por atividades físicas individuais e de baixo impacto e o lazer passivo em grupo; e aspectos limitantes para melhora, como a ausência de manutenção e acessibilidade desses equipamentos.

#### **Palavras-chave:**

*Saúde; Qualidade de vida; Sistema de espaços livres; Áreas Verdes.*

#### **Abstract:**

Wellness in the urban context has constantly been linked to the existence and quality of green areas and their many uses, whether for the historical, environmental, social or cultural values. For this work, the open spaces of the northern and eastern parts of Teresina – Piauí – Brazil were analyzed, focusing in specific criteria beneficial to the physical health and mental wellbeing, including: proximity to waterscapes, possibility for green exercise and the environment comfort. For that, 24 urban parks and 121 squares were studied, through bibliographical review, on-site visits and digital mapping, in which were identified potential aspects for new projects that focus on the community relationships with the natural landscape; tendencies such as low impact activities, individual physical activities and passive recreational group activities; and negative aspects – such as the lack of maintenance on public spaces and lack of accessibility.

#### **Keywords:**

*Health; Welfare; Urban Open Spaces; Green Areas.*

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o conceito de saúde é definido como “estado de completo bem-estar físico, social e mental, não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (World Health Organization, 1946, p. 1, tradução nossa). Mais recentemente, em 2023, foi determinado que a preservação do meio-ambiente é um dos fatores determinantes para a manutenção de boa saúde, tendo em vista que 20% da causa de mortes na região Europeia foram atribuídas à poluição do ar (World Health Organization Europe, 2023).

No meio urbano, sabe-se que muitos dos programas que visam a melhoria do desenvolvimento incorporam a qualidade de vida às suas metas. Dessa forma, não se pode dissociar a melhoria do ambiente ao equilíbrio socioambiental, já que as áreas verdes são as responsáveis pela promoção da biodiversidade no meio urbano e pela criação de espaços agradáveis para se viver, além de influenciarem a formação de identidade comunitária (Costa, 2010).

As cidades são formadas por espaços construídos e por espaços livres de construção, os quais são responsáveis por diversas funções. Para Alvares e Dias (2008, p. 128), entre os diferentes papéis dos espaços livres, “por vezes sobrepostos, estão a circulação urbana, a drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário e memória urbana, o conforto ambiental, a conservação e a requalificação ambiental, e o convívio público”. Destaca-se então, que além da importância ambiental e cultural dos espaços livres de edificação para a qualidade ambiental, deve-se considerar seu valor recreativo e de convivência, importantes para a qualidade de vida urbana.

As áreas verdes urbanas atribuem melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental, além de contribuir ao desenvolvimento social e trazer benefícios ao bem-estar e à saúde física e psíquica da população (Londe e Mendes, 2014) – ou seja, é necessário, então, que façam parte das prioridades da gestão municipal. Assim, espaços livres bem cuidados são atrativos para o uso da população e contribuem para manter as cidades vivas e ativas. Neste sentido, Ramos et al. (2022, p. 3) afirmam que “a escassez de espaços livres públicos torna o ambiente urbano vazio e inóspito, em razão da ausência de pessoas circulando pelo espaço, prejudicando a relação usuário-ambiente e aumentando a sensação de insegurança”. Lopes, Matos e Mesquita (2024, p. 161), por sua vez, destacam a importância da manutenção constante das praças e parques existentes na cidade, como também “da criação de mais espaços livres urbanos, os quais são imprescindíveis para o bem-estar da população das cidades dos pontos de vista ambiental, social e de recreação, principalmente para populações de menor poder aquisitivo e que não possuem opções de lazer”, o que reflete na melhoria da qualidade de vida urbana.

Assim, seja por seu valor histórico-paisagístico, por seu valor sociocultural, ou por seu valor ambiental, destacam-se os espaços livres e as áreas verdes como locais imprescindíveis para a promoção da qualidade de vida no meio urbano. Na busca pela promoção de cidades mais saudáveis, é essencial que sejam desenvolvidos estudos com enfoque nos desafios e potenciais de cada local, assim como as condições sociais, para subsidiar a gestão pública nas decisões a serem tomadas – com respeito às necessidades e demandas da população de cada comunidade.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os aspectos que garantem qualidade de vida nos espaços livres e áreas verdes nas zonas Norte e Leste da cidade de Teresina, Piauí. Com isso, busca-se identificar os potenciais e apontar pontos de melhoria, para que possam contribuir à promoção de maior bem-estar e proveito desses equipamentos públicos para as comunidades locais.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Barton e Pretty (2010) estudaram sobre os efeitos do exercício verde – atividade física realizada ao ar livre, em ambientes com predominância de elementos naturais – em suas diferentes aplicações, e chegaram às seguintes conclusões: para apenas 5 minutos de prática, em baixa ou média intensidade, há benefícios consideráveis para a saúde mental, sobretudo para aqueles espaços verdes com presença de corpos d’água; para as crianças, os maiores benefícios destacam-se

quanto à melhora da autoestima, do desenvolvimento e das habilidades cognitivas; para os idosos, há uma melhora significativa no humor.

De forma análoga, estudos feitos por Harte e Eifert (1995) mostraram que os benefícios psicológicos de atividades em espaços abertos, como correr em um campo, não foram encontrados no mesmo exercício realizado em ambientes fechados, como correr em uma esteira do laboratório. Hansmann et al. (2007) destacam que a prática de esportes em áreas verdes (jogar bola, andar de bicicleta e correr), em oposição a atividades mais leves, como uma simples caminhada, têm um impacto ainda maior, com redução de estresse em 87% e redução de dores de cabeça em 52%.

Assis Junior (2025, p.13) observou que praças e parques estão associados “à diminuição da violência, à redução do estresse causado pelo ruído e ao aumento da atividade física, todos importantes para a saúde pública”. Ainda nesse aspecto, Chiabai et al. (2020) apontam que a redistribuição de áreas verdes no ambiente urbano resulta em menores gastos com a saúde e menores perdas de produtividade. Felipe et al. (2019), por sua vez, propuseram uma caminhada de intensidade moderada por 30min em um parque urbano e concluíram que os participantes se tornaram mais ativos devido à motivação proporcionada pelo ambiente verde e bem estruturado.

Para além da qualidade de vida associada a questões de saúde, diversos estudos já realizados buscaram determinar os principais tópicos de interesse da população. Destaca-se que, em pesquisa realizada por Lima e Garcez (2017, p.145), para identificar indicadores para uma boa qualidade de vida, foram apontados: “práticas esportivas e atividades físicas; segurança pública; disponibilidade de parques, praças e áreas verdes; contato com a natureza; educação de qualidade; acesso à água potável; sucesso nas relações interpessoais; bom convívio familiar; realização profissional; e moradia adequada”. Entre os indicadores citados, três deles se relacionam diretamente com atividades que podem ser realizadas em áreas verdes urbanas.

Como resultado do estudo realizado por Lima e Garcez (2017), no Parque Ecológico em Fortaleza, foi observado que, os principais benefícios adquiridos ao frequentar o local, segundo os visitantes, eram: contato com a natureza; sensação de bem-estar; conforto térmico; ar mais puro; som dos pássaros; conforto sonoro e atenuação de ruídos. No caso dos Estados Unidos, instituições como a Trust for Public Land (2016), vêm defendendo a promoção de uma jornada de até 10 minutos de caminhada (aproximadamente 800m, baseado na distância do que 70% das cidades americanas consideram “perto”) para a área verde mais próxima das residências de qualquer morador. William Whyte (2010), por sua vez, destaca o lazer passivo como um dos principais fatores para a permanência das pessoas nos espaços públicos – segundo ele, as pessoas procuram espaços abertos como um refúgio, uma fuga à superlotação a qual estão sujeitos diariamente: portanto, os lugares para sentar (bancos, bordas de concreto) são essenciais no contexto geral desses espaços.

Carmona et al. (2021) focaliza seus estudos a respeito do espaço público em dimensões que se estendem da fisicalidade, interação social, funcionalidade e apelo estético: dessa forma, o design deve ser pensado a considerar fatores vários a partir da comunidade à qual se pensa, em favor dos tipos de atividade, tipos de atores envolvidos, necessidades de inclusão, visualização, acessibilidade, simbolismos, temporalidade, dentre outros.

A respeito da conceituação de áreas verdes, na definição do art. 8, § 1º, da Resolução CONAMA nº 369/2006, área verde é um espaço, de domínio público, que “desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (Brasil, 2006). Dentre as áreas verdes urbanas, são consideradas praças os espaços livres de edificações e veículos, públicos e urbanos, cuja função principal é o lazer (Lima et al., 1994) dotados de atributos paisagísticos e mobiliários urbanos que permitem a apropriação e uso pela população (Robba e Macedo, 2003). Os parques, por sua vez, são áreas verdes, maiores que jardins e praças, com função ecológica, estética e de lazer (Lima et al., 1994).

Bargos e Matias (2011) destacam que, muitas vezes, os termos “espaços livres” e “áreas verdes” são usados como sinônimos – embora, na maioria dos casos, não desempenhem as mesmas funções. Nesse sentido, destaca-se a conceituação consolidada de Macedo (1995), que define os

espaços livres como todos aqueles que não se encontram limitados por paredes e tetos dos edifícios: praças, parques, terrenos baldios, vias, corredores externos, quintais, dentre outros. Espaços verdes, por sua vez, são aqueles ocupados por quaisquer tipos de vegetação com valor social – como produção de alimento, lazer passivo e ativo, ou valor estético/cultural –; e as áreas verdes são todos os espaços verdes anteriormente mencionados, somados a toda e qualquer área com a presença de vegetação (APPs, canteiros de arborização urbana, dentre outros). Assim, segundo Macedo (1995), o termo mais correto para se referir à rede de parques e praças é “sistema de espaços livres”, para que se refira a esses equipamentos de forma mais responsável e sem deturpar os conceitos a fins políticos.

### 3. MÉTODOS

O estudo divide-se em quatro etapas principais, das quais se enumeram: revisão bibliográfica; definição de tópicos de análise; mapeamento digital; visitas in loco; coleta, registro e análise de dados. Para a fundamentação teórica, buscou-se a bibliografia de temas pertinentes por meio de livros, teses e periódicos já consolidados quanto às qualidades necessárias aos espaços livres e áreas verdes com garantia de promoção de mais saúde e melhor qualidade de vida. Em seguida, fez-se a listagem dos tópicos pertinentes para análise – que englobam os critérios de aspectos naturais, sociais e construídos), com a divisão de cada observação em tabelas no programa EXCEL.

Para a análise das condições da cidade de Teresina, foi realizado o levantamento secundário de dados institucionais do IBGE (censos de 2010 e 2022), da Secretaria Municipal de planejamento (SEMPLAN), da Agenda Teresina 2030, e das Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUs) Norte e Leste, para que fossem obtidos os dados sobre a população e a distribuição das áreas verdes e espaços livres. A partir de arquivo disponibilizado pela prefeitura com dados georreferenciados (programa QGIS), foram localizadas as praças urbanas e parques, posteriormente listadas em tabelas e cruzadas com os dados da população por bairro. Através do uso do programa Google Earth e de visitas in loco, foram identificadas mais áreas de praças (usadas pela população enquanto espaços recreativos, com a presença de algum equipamento como academias, bancos ou quadras), que não estavam no arquivo original, e que foram adicionados à pesquisa e apresentadas na Figura 1.

Através das visitas in loco, feitas entre outubro de 2024 e março de 2025, foi feito levantamento fotográfico dos objetos de estudo e, concomitantemente, anotados os critérios iniciais mostrados na Tabela 1: proximidade a corpos d’água; presença de vegetação arbórea que garanta sombreamento satisfatório em locais de permanência no período da tarde (maior desconforto térmico), presença de equipamentos para lazer passivo (presença de bancos e/ou mesas), presença de equipamentos para lazer ativo e atividade física (quadras, campos de futebol, academias, playgrounds), e acessibilidade (presença de caminhos de piso processado, ausência de patologias no piso, ausência de barreiras ao longo dos percursos).

Além disso, foram observados e anotados os critérios presentes na Tabela 2: equipamentos por idade dos usuários (playgrounds e quadras para crianças, pistas de skate e quadras para jovens e adultos, academias para idosos); tipos de atores sociais (atividades individuais, como caminhada e ciclismo; esportes e demais atividades em grupo realizados em quadras ou espaços amplos); níveis de esforço físico (baixo para caminhadas ou alongamentos; médio/alto para esportes como vôlei e futebol, corrida, crossfit); e, por fim, o padrão de uso (diurno, noturno, e a realização de eventos culturais – esses últimos obtidos a partir da pesquisa por notícias, divulgações e informações da comunidade). Todos esses aspectos foram registrados em tabela do EXCEL, individualmente, para cada parque e praça. Ao final, foi feita a síntese dos dados e produção dos mapas para comparação e análise.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo aborda a cidade de Teresina, fundada em 1852, que surgiu em meio a um contexto econômico e político de transferência do polo central do estado do Piauí para as proximidades do rio Parnaíba – um local salubre, aprazível, fértil, que possibilitaria maior rota econômica e articulação com as demais cidades (Freitas, 1988). Antes disso, contudo já era relatada a existência de povoados na Barra do Poti, local de encontro entre os rios Parnaíba e Poti, que atualmente corresponde à zona Norte da cidade, onde se estabeleceram pescadores, canoieiros e plantadores de fumo e mandioca, desde 1760 (Teresina, 2025), o que demonstra a intrínseca relação da cidade com a paisagem ribeirinha.

Com a divisão administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento (Teresina, 2025), atualmente são destacadas cinco zonas para Teresina: Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste. Para melhor aprofundamento deste estudo, delimitou-se o recorte das zonas Norte – cuja população é de 191.725 pessoas, segundo o censo de 2022 do IBGE – e Leste – com população de 191.022 pessoas –, no qual foram analisados o total de 24 parques urbanos e 121 praças (Figura 1). Para isto, foi primeiro feita a análise de um arquivo disponibilizado pela prefeitura, no qual constam 108 espaços livres (24 parques e 84 praças). Além destes, foram adicionadas 37 áreas com equipamentos e/ou potenciais usos como praças pelos moradores, que não estão contabilizadas no arquivo da prefeitura; e removidas 16 áreas registradas como praças que na realidade eram, em sua maioria, rotatórias, taludes ou canteiros de divisão de via.

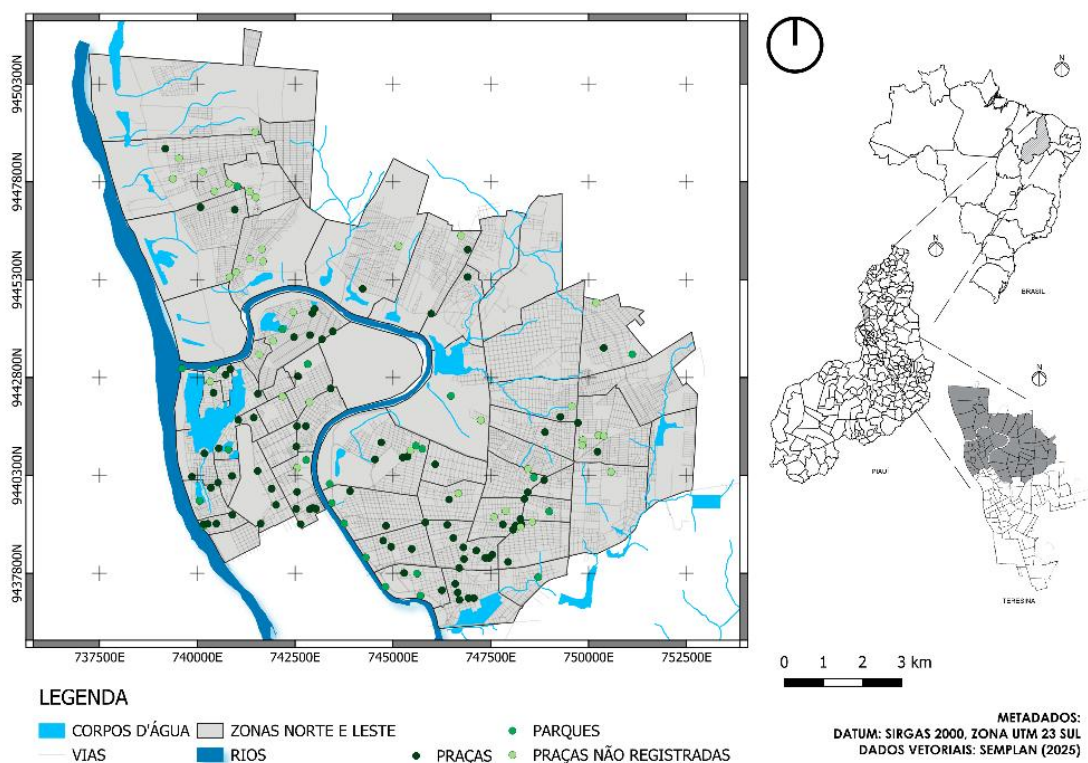


Figura 1: Teresina, zonas estudadas e identificação de principais parques, praças e corpos d'água.

Fonte: Elaborado por Maria Eunice Bandeira (2025), com base em dados da SEMPLAN (2025).

Matos e Veloso (2007) destacaram que as pessoas que vivem e trabalham nas margens ribeirinhas tendem a perceber esse local e criar vínculos diferentemente daqueles que vão às regiões de forma esporádica. A zona norte de Teresina, especificamente, é lar de comunidades cujos moradores culturalmente sempre tiveram uma relação intrínseca aos rios e lagoas – seja por questões de subsistência, como pescadores, ceramistas e vazanteiros (agricultores que cultivam para subsistência, nas margens do rio, aproveitando os períodos de cheias e vazantes), ou por questões religiosas – e preservam suas raízes indígenas e quilombolas, cuja ligação com as águas é parte indispensável do viver.

Em primeira análise, optou-se por considerar o fator de aspectos naturais como preponderante para entender a relação da cidade com a preservação e o usufruto dos espaços públicos. Assim, classificaram-se na Tabela 1 os espaços livres ribeirinhos, com lagos e lagoas e com bom sombreamento (para garantia de conforto térmico nas condições climáticas locais). Segundo Barton e Pretty (2010), a presença dos corpos d'água é um dos pontos benéficos sobretudo à saúde mental, ponto que foi levantado como um potencial extremamente benéfico para a cidade, já que pelo menos 41% dos parques têm esse contato direto com as águas (Figura 2).

| Item/Número          |   | Zona Norte |         | Zona Leste |         |
|----------------------|---|------------|---------|------------|---------|
|                      |   | Praças     | Parques | Praças     | Parques |
| Aspectos Naturais    | Ribeirinho                              | -          | 4       | -          | 6       |
|                      | Contém lagos/ lagoas                    | 1          | 4       | -          | 3       |
|                      | Vegetação arbórea para bom sombreamento | 21         | 5       | 26         | 11      |
| Aspectos Construídos | Equipamentos para lazer passivo         | 60         | 8       | 48         | 7       |
|                      | Equipamentos para lazer ativo           | 42         | 7       | 22         | 6       |
|                      | Boa Acessibilidade                      | 19         | 6       | 15         | 6       |
| Quantidade Total     |   | 63         | 10      | 58         | 14      |

Tabela 1: Número de Praças e Parques Correlacionadas aos Fatores de Análise  
 Fonte: Elaborada por Maria Eunice Bandeira (2025)

Assim, para além do aspecto de preservação ambiental, o aproveitamento dessas relações culturais e sociais configura-se como um potencial para a saúde física e mental das pessoas que se conectam diretamente ao ambiente, à comunidade e aos ciclos naturais desses ecossistemas. Nesse sentido, projetos que viabilizam a conexão já existente da comunidade e ampliam o aproveitamento do espaço são indispensáveis.

Concomitantemente, analisou-se os fatores de lazer ativo e passivo para que houvesse o entendimento dos enfoques do sistema de espaços livres das duas zonas. De maneira geral, tem-se que o lazer passivo é predominante e engloba a maioria das praças, o que demonstra a valorização do aspecto de contemplação; enquanto que o lazer ativo é secundário, sobretudo para as praças da zona leste – em geral menos ocupadas pela população. Mesmo assim, destaca-se que a população de cada bairro carrega a sua própria interpretação dos espaços e apropria-se deles de acordo com as próprias necessidades: na zona norte, por exemplo, crianças se reúnem para brincar no meio das ruas ou nas praças, mesmo quando não há equipamentos específicos (playgrounds ou quadras), e idosos levam suas próprias cadeiras e jogos para reuniões em praças (a exemplo da Praça dos Orixás) aos fins de tarde. Já na Zona Leste, mesmo com a ausência de equipamentos em espaços livres, há diversas pessoas que fazem caminhadas nas praças nos horários de início e fim do dia (a exemplo da praça Theddy Ribeiro, que possui apenas bancos e um espaço para pets). Esses estudos corroboram com a visão de Carmona *et al.* (2021), que destaca a importância da consideração das necessidades dos atores sociais no planejamento dos espaços.

O Parque da Cidade (Zona Norte), por sua vez, oferece contato direto com o Rio Poti – de forma que muitos acessam-no para banho ou pesca –, e é equipado com trilhas, quadras, campos de futebol, parquinhos infantis, espaço para grupos regulares de karatê, judô e dança, tanques de compostagem, horta, pomar ambiental – atividades que não só podem potencializar a saúde física e mental através da prática de exercícios físicos, como também aumentam ainda mais o vínculo da população com a natureza, incentivando-a à conservação das áreas vegetadas no meio urbano. O Parque Encontro dos Rios (também na Zona Norte), por sua vez, apoia-se no fator sociocultural e turístico da cidade – por se tratar do núcleo inicial de Teresina – ao mesmo tempo que volta os olhos dos frequentadores à contemplação de um aspecto natural.

Já na zona Leste, cita-se a avenida Raul Lopes, na orla de três parques ribeirinhos, que já é amplamente utilizada pela população para a prática de atividade física, como ciclismo, corrida e

caminhada, e é o principal palco para a realização de corridas de rua – um grande incentivo para a garantia de saúde e a afirmação dos vínculos da cidade com as tradições culturais atuais. O Parque Zoobotânico, por sua vez, alia o aspecto de preservação ambientais – pelo grande acervo de espécies da flora nativa do ecótono de transição entre os biomas Amazônico, Cerrado e Caatinga, como babaçu, caneleiro, cajazeira, sapucaia, angico-branco, jatobá e ipê amarelo (Aguar *et al.*, 2014) e da fauna endêmica – à possibilidade das mais diversas atividades culturais e sociais, que incluem ciclismo, equitação, arco e flecha, pedalinho, trilhas ecológicas, arborismo, brincadeira em playgrounds, contato com a biodiversidade nativa e exótica; além de restaurantes e espaço para oficinas artísticas de pintura e cerâmica, feirinhas culturais, dentre outros: um excelente exemplo do potencial de aproveitamento do lazer e convivência dentre todas as gerações e a biodiversidade, garantindo mais saúde física e mental e qualidade de vida.

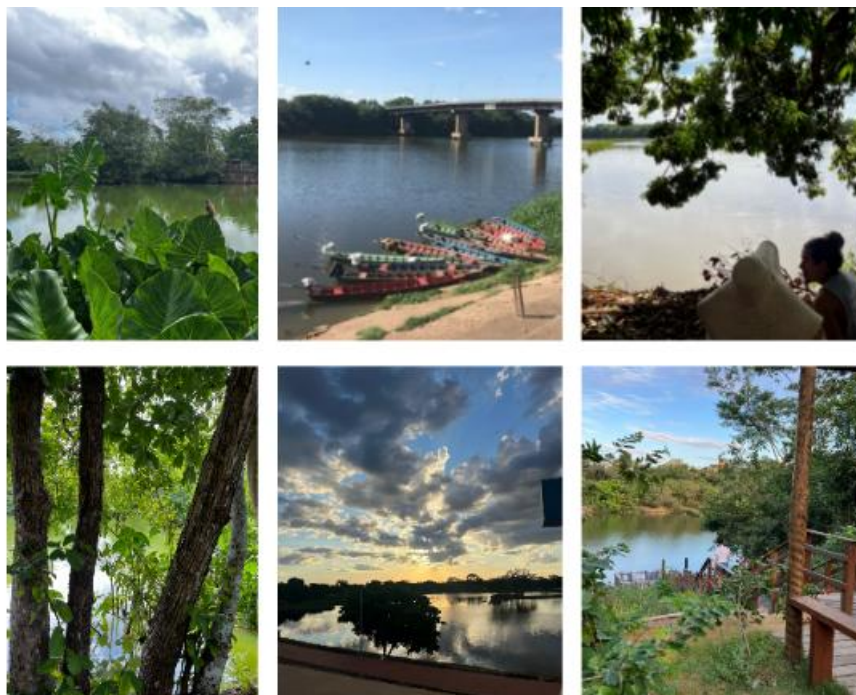


Figura 2: Paisagens próximas às águas em Teresina.

Fonte: Maria Eunice Bandeira (2025)

Ainda em relação à Tabela 1, faz-se necessária a análise dos aspectos de conforto térmico e acessibilidade, importantes para garantir a permanência do público nesses espaços. Para a cidade de Teresina, a estratégia mais adequada de conforto é o sombreamento, que não é atendida em grande parte dos espaços livres devido a uma concentração da vegetação de grande porte em áreas de acesso dificultado, em oposição a áreas de permanência sem sombreamento (Figura 3 e,g). Esse fator afasta as pessoas desses espaços livres durante o dia, ao mesmo tempo que degrada mais rapidamente os equipamentos (bancos, aparelhos das academias) devido à exposição contínua à luz solar – a resultar no ciclo de desuso dos espaços, degradação (Figura 3 a, b) e falta de investimentos. Cita-se que apenas duas das dezenove quadras poliesportivas identificadas apresentavam sombreamento – o que restringe seu uso durante o dia.

Concomitantemente, o aspecto de acessibilidade demonstrou-se deficitário devido a patologias na calçada (Figura 3c), presença de obstáculos e depósito indevido de lixo (Figura 3d), descontinuidade de piso, vegetação que invade o passeio por falta de manutenção, ou mesmo a ausência total de pavimentação – é o caso de oito praças da zona Leste, que sequer são utilizadas devido a esse fator. Em geral, essa falta de acessibilidade também demonstra o potencial em desperdício desses espaços livres – que, ao invés de exercerem sua função social, se restringem à função ambiental como áreas permeáveis; e permeiam o ciclo de subutilização e degradação.



Figura 3: Problemáticas observadas: a) equipamentos quebrados, b) praça de área pequena, sem manutenção, c) calçada com patologias e sem manutenção, d) depósito de lixo e obstáculos na passagem, e) quadra sem uso diurno por falta de sombreamento, f) ausência de sombreamento em área principal de convivência da praça.

Fonte: Maria Eunice Bandeira (2025)

Em outra etapa, foram analisados fatores mais abrangentes e específicos quanto à realização de atividades físicas e a concentração de pessoas em cada espaço livre, sistematizados na Tabela 2. Inicialmente, quanto à distribuição de equipamentos por faixa etária, nota-se o déficit de atividades para crianças em ambas as zonas – o que pode ser ao mesmo tempo causa e consequência em relação ao cenário social de predominância das atividades nos interiores de edifícios, potencializados pela conexão ao celular e à televisão desde a primeira infância. Ao mesmo tempo, faz-se necessário repensar o planejamento dos espaços para que, também, sejam incluídas mais atividades voltadas ao idoso, já que menos da metade das praças e parques apresentam equipamentos específicos para eles, para que seja trabalhado o potencial de longevidade da cidade.

| Item/Número                                       |                                       | Zona Norte |         | Zona Leste |         |
|---|---------------------------------------|------------|---------|------------|---------|
|   |                                       | Praças     | Parques | Praças     | Parques |
| Tipos de Usuários:<br>equipamentos<br>específicos | Crianças                              | 23         | 9       | 10         | 5       |
|   | Jovens e Adultos                      | 41         | 7       | 22         | 5       |
|   | Idosos                                | 33         | 5       | 20         | 2       |
| Tipos de Atores<br>Sociais                        | Atividades físicas individuais        | 41         | 8       | 26         | 8       |
|   | Atividades físicas em grupo           | 21         | 6       | 14         | 4       |
| Nível de Atividade<br>Física                      | Baixo impacto                         | 39         | 8       | 30         | 8       |
|   | Médio/alto impacto                    | 26         | 6       | 11         | 6       |
| Padrão de Uso                                     | Manhã                                 | 54         | 8       | 50         | 8       |
|   | Final da Tarde/ Início da noite       | 17         | 3       | 10         | 4       |
|   | Eventos Culturais (Atividade Efêmera) | 14         | 4       | 16         | 4       |
| Quantidade Total                                  |                                       | 63         | 10      | 58         | 14      |

Tabela 2: Tipos de atividades realizadas e atores sociais envolvidos

Fonte: Maria Eunice Bandeira (2025)

Quanto aos tipos de atores sociais (indivíduos ou grupos), nota-se a maior tendência da realização de atividades físicas individuais: o aspecto de grupo ainda se volta para o lazer passivo (principalmente envolvendo atividades como sentar e conversar, ou encontros para comer em

trailers e restaurantes). Aliado a essas observações, nota-se a superioridade da tendência de atividades de baixo impacto nos espaços livres, o que pode indicar que a prática de exercícios físicos em contato com o verde sugere um caráter mais contemplativo e terapêutico para os usuários que frequentam esses parques e praças a fins de atividade física.

Já em relação ao padrão de uso, nota-se que grande parte concentra atividades no período da manhã, o que inclui: passeio com animais, caminhadas e corridas leves, picnics, realização de feirinhas culturais; e algumas com uso específico à noite, devido à redução de temperaturas nesse período, que possibilitam o uso de quadras e outros equipamentos que não teriam conforto térmico durante o dia devido à incidência de luz solar. Por outro lado, também potencializado por questões de insegurança pública e potencialização dos assaltos, muitas praças tornam-se completamente vazias à noite; enquanto outras – em especial as que estão próximas a comunidades religiosas ou têm a cultura de realização de shows e encontros nesse período, ganham vida com as reuniões e festividades noturnas.

## 5. CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, verificou-se um déficit na concepção e manutenção dos espaços livres das zonas Norte e Leste de Teresina, em vários aspectos. Como exemplo, cita-se a ausência de estrutura e pavimentação em algumas dessas praças e parques, o que os torna inacessíveis e subutilizados; a pouca oferta de equipamentos específicos para crianças; a deficiência no sombreamento para conforto térmico em áreas de permanência e a falta de manutenção das calçadas, da vegetação e dos equipamentos. Verificou-se que cada região possui especificidades e tendências na apropriação do espaço urbano, que deveriam ser melhor exploradas para a concepção de projetos futuros – exemplo disso é a busca por atividades de lazer passivo em grupo e atividades de lazer ativo individuais e de atividades físicas de baixo impacto.

Por outro lado, destacam-se grandes potenciais para aproveitamento de áreas verdes que concomitantemente se relacionem com a população e permitam a preservação de recursos ambientais. A grande disponibilidade de áreas vegetadas, especialmente próximas aos cursos d'água, são um grande destaque para que Teresina desenvolva seu aspecto afetivo com o verde para além do aspecto ambiental – tendo em vista que já são áreas protegidas por legislação – e evolua em aspecto de funções sociais dos espaços livres. A apropriação de populações pelo espaço público, como a tradição, dos idosos da zona Norte, de sentar e conversar em praças e próximos às suas casas; as festividades sazonais realizadas ao ar livre, com possibilidade de encontro para todas as idades; e a presença de parques com diversas atividades culturais, educacionais e de lazer são grandes pontos positivos a serem aproveitados, desenvolvidos e replicados em projetos e requalificações futuras.

Assim, destaca-se que este trabalho é limitado a apenas duas regiões da cidade e apresenta uma visão geral dos aspectos estudados. Sugere-se, portanto, que mais pesquisas sejam realizadas para as demais regiões de Teresina, inclusive com detalhamento cada um dos tópicos deste estudo, individualmente, e suas implicações, a fim de fortalecer as bases locais para um planejamento urbano mais humanizado e sustentável às autoridades cabíveis. Sabe-se que a busca pela qualidade de vida e a garantia de fatores de saúde é um tema cada vez mais recorrente e deve coexistir em meio à memória cultural, a preservação ambiental e às inovações científicas e tecnológicas para um futuro mais harmonioso em todos os aspectos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, B.; SOARES, E. SANTOS, E. SOUSA, G. **Guia didático de árvores do parque zoobotânico de Teresina (PI)**. Teresina, PI: SEMAR, EDUFPI, 2014.

ALVARES, L. C.; DIAS, P. L. C. **Novos Cadernos NAEA**. v. 11, n. 2, p. 123-138, dez. 2008.

ASSIS JUNIOR, W. R. A. Desenvolvimento sustentável e exercício físico: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 01-19, 2025.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: Um estudo de revisão e propostas conceituais. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (REVSBAU)**, Piracicaba – SP, v. 6, n. 3, p.172-188, 2011.

BARTON, J., PRETTY, J. What is the Best Dose of Nature and Green Exercise for Improving Mental Health? A Multi-Study Analysis. **Environ. Sci. Technol**, v. 44, p. 3947–3955, 2010. DOI: 10.1021/es903183r. PMID: 20337470.

BRASIL. **Resolução Conama n.º 369, de 28 de março de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente APP. 2006.

CHIABAI, A. QUIROGA, S. MARTINEZ-JUAREZ, P. SUAREZ, C. DE JALÓN, S. TAYLOR, T. (2020). Exposure to green areas: Modelling health benefits in a context of study heterogeneity. **Ecological Economics**, 167, 106401. 2020.

COSTA, C. S. Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana. **Arquitextos**, São Paulo, v. 11, 2010, 126 p.

FELIPE, J. RODRIGUES, M. FERREIRA, A. FONSECA, E. RIBEIRO, G. ARANA, A. Physical activity and environment: the influence of urban green spaces on health. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 25, p. 305-309. São Paulo: 2019.

FREITAS, C. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Mosenhor Chaves, 1988.

HANSMANN, R., HUG, S. M., SEELAND, K. Restoration and stress relief through physical activities in forests and parks. **Urban Forestry & Urban Greening** 6 (pp. 213–225), 2007.

HARTE, J. L.; EIFERT, G. H. The effects of running, environment, and attentional focus on athletes' catecholamine and cortisol levels and mood. **Psychophysiology**, v. 32, n. 1, p. 49–54, 1995.

LIMA, A.M.L.P. CAVELHEIRO, F. NUCCI, J.C. SOUSA, M A L B. FIALHO, N.O. PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luís, MA. **Anais do Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**. São Luís: UEMA/EMATER-MA, 1994. p. 539-553.

LIMA, S. M.; GARCEZ, D. S. Áreas verdes públicas urbanas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida: um estudo de caso em um Parque Ecológico Urbano na cidade de Fortaleza (Ceará, Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 43, p. 140-151, 2017.

LONDE, P. R.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia**. v. 10, n. 18, p. 264-272, jun., 2014.

LOPES, W.G. R.; MATOS, K. C.; MESQUITA, L. F. R. Reflexões sobre a importância dos espaços livres urbanos e de sua apropriação pela população: estudo na cidade de Teresina, Piauí. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v. 12, n. 86, p. 146-163, 2024.

MACEDO, S. Espaços Livres. **Paisagem Ambiente: Ensaios**. São Paulo – São Paulo, n. 7 p. 15 - 56 jun. 1995.

MATOS, K.C. VELOSO, M.D. A Paisagem das Águas: A Percepção dos Usuários Como Subsídios para a Elaboração de Diretrizes Urbanísticas para as Margens dos Rios Poti e Parnaíba e seu Entorno (Teresina-PI). **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. n.23. p. 222 – 230. São Paulo, 2007.

RAMOS, L. MATOS, A. JESUS, L. CONDE, K. Distribuição socioespacial de praças urbanas: análise reflexiva para maior equidade na oferta de espaços livres públicos da Grande Cobilândia, Vila Velha (ES). **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, v. 33, n. 49, 2022.

ROBBA, F. MACEDO, S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2003.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **História de Teresina**. Teresina, 2025.

THE TRUST FOR PUBLIC LAND. **Parks on the clock: why we believe in the 10-minute walk**. 2016. Disponível em: <<https://www.tpl.org/blog/why-the-10-minute-walk>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

WHYTE, W. **The social life of small urban spaces**. 7ª impressão. New York, NY: Project for Public Spaces, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, **Constitution of the World Health Organization**. New York, 22 jul. 1948.

WORLD HEALTH ORGANIZATION EUROPE, **Environment and Health**, 2023. Disponível em: <[https://www.who.int/europe/health-topics/environmental-health#tab=tab\\_1](https://www.who.int/europe/health-topics/environmental-health#tab=tab_1)>. Acesso em 02 abr. 2025.